

História de Moçambique

O estudo da nossa História é necessário para compreendermos o presente. Ele mostra-nos as fases que o povo moçambicano atravessou no desenvolvimento da sua vida social e de que maneira todas essas fases representam sempre um combate violento entre o novo e o velho, entre oprimidos e opressores, entre explorados e exploradores. Não é possível compreender o que representa a fundação da FRELIMO em 1962 nem o que foi o desencadeamento da insurreição geral armada em 1964 contra o colonial-fascismo e o imperialismo, se não conhecermos a forma como a experiência popular de luta contra a ocupação colonial e a exploração influenciou decisivamente na definição da nossa linha política.

É o estudo da nossa História que nos fornece a verdadeira dimensão e significado da luta armada de libertação nacional, da proclamação da nossa independência e da fase de construção do socialismo que hoje vivemos sob a direcção do nosso Partido de vanguarda. É através dele que podemos compreender claramente como a unidade nacional mergulha as suas raízes ao longo dos séculos na luta contra uma mesma opressão, e como a nossa escolha popular, democrática e socialista representa hoje a síntese das mais profundas aspirações históricas do nosso povo. É a História que nos demonstra que a construção do socialismo é uma fase superior do nosso desenvolvimento

político, económico e social, porque só ele garante o princípio do fim da exploração sob todas as suas formas.

Explicando-nos o que foi o passado, a História torna-se assim um guia para o presente e permite ver o que será o futuro. Estudar História é necessário para fazer a Revolução, é para isso que serve a História.

Este pequeno manual é uma primeira introdução ao seu estudo. Ele destina-se aos cursos que o Departamento do Trabalho Ideológico do Partido tem vindo a realizar em todo o país e foi elaborado de acordo com as necessidades imediatas desses cursos.

A sua edição segue-se à recente publicação da História da África. E aí que iniciámos o estudo da História de Moçambique ao estudarmos as migrações dos povos bantu, origem da grande maioria do povo moçambicano, o aparecimento das classes e o desenvolvimento dos Estados Zimbabwe e Monomotapa. Nesta edição, estes temas são apenas recordados para, em seguida, se entrar nos capítulos dedicados à luta secular contra a ocupação e a exploração. Este é o seu tema principal. Ele termina com a introdução do colonial-fascismo no nosso país. A História contemporânea do nosso povo, da luta de libertação nacional e da proclamação da independência será estudada com a História da FRELIMO, que a sintetiza.

Maputo, Março de 1978.

OS BANTU

A grande maioria da actual população da República Popular de Moçambique é descendente dos grupos bantu que aqui se instalaram ao longo dos séculos III (3) e IV (4) da nossa era. Vindos da região dos Grandes Lagos pela planície costeira da África Oriental ou através do planalto do Zimbabwe, eles fixaram-se primeiramente ao longo da costa e só depois na região central.

A sua chegada ao nosso território faz parte da gradual ocupação da África Austral pelos Bantu, isto é, da sua expansão e fixação na parte Sul do continente africano.

OS KHOI-KHOI E OS SAN

Este processo de expansão e fixação dos Bantu na África Austral, fez com que eles tivessem por vezes de ocupar terras já ocupadas ou percorridas por grupos dispersos de caçadores, recolectores e de pastores, os San e os Khoi-khoi. Estes povos antigos, também chamados Khoisan, viviam numa fase de organização social e de desenvolvimento que os Bantu já tinham ultrapassado há muitos séculos. Eles foram os primeiros habitantes da África Austral, incluindo Moçambique.

De pequena estatura e vivendo da caça, da pesca e da colheita de frutos e vegetais selvagens, os San habitavam em cavernas ou mesmo ao ar livre. Os

deus instrumentos de trabalho eram muito rudimentares. Foram eles quem produziu os desenhos e pinturas nas rochas que encontramos em algumas zonas do nosso país.

Os Khoi-khoi eram mais altos e fortes e tinham já a criação de gado entre as suas actividades produtivas.

Muitos destes grupos foram expulsos pelos Bantu. Noutros casos eles passaram a viver conjuntamente, sendo integrados na cultura e sociedade Bantu.

OS BANTU E O APARECIMENTO DO ESTADO

As migrações Bantu que no século III (3) da n.e. ultrapassaram o rio Rovuma em direcção ao Maputo, e que cem anos mais tarde chegaram à região de Manica, tiveram o seu início no primeiro milénio antes da nossa era. Nesse tempo, os antepassados dos Bantu viviam na zona compreendida entre os rios Ubangui e Chari, na Africa Ocidental. Alimentavam-se principalmente através da recollecção e da caça, mas conheciam já a agricultura e a criação de gado, do boi e da cabra.

O estudo das causas que levaram estes grupos humanos a desenvolver-se e a ter que procurar novas terras para a sua sobrevivência, faz parte do estudo da História da Africa. Aí estudámos também a forma como estavam organizados e produziam, e como a descoberta da técnica de trabalho do ferro e sua

expansão vão constituir um factor decisivo de desenvolvimento económico, político e social. É no processo deste desenvolvimento que as famílias alargadas se vão unir aos clãs e, com as guerras, os clãs vão originar as tribos. Ao mesmo tempo, a utilização de instrumentos de ferro na produção levou ao aparecimento de excedentes que permitiram o início das trocas entre os vários grupos Bantu e, gradualmente, ao aparecimento de uma classe dominante que se apodera, em seu benefício, desses excedentes. enriquecendo cada vez mais.

A sociedade dividiu-se assim em duas classes sociais: os explorados e os exploradores. Na História de Africa estudámos já de que maneira os Bantu se foram organizando em sociedades de exploração, em Estados. Os interesses dos exploradores, os chefes tribais e de clã, sobre a grande maioria da população, os produtores, exigiu esse novo tipo de organização política, económica e social cuja finalidade é a defesa e a manutenção do poder da classe dominante.

Os primeiros Estados Bantu formaram-se antes do fim do primeiro milénio da nossa era na bacia do rio Congo. Foram os Estados Luba, Congo e Lozi.

O estudo da História da África abrange também o estudo dos Estados do Zimbabwe e do Monomotapa, surgidos a partir do século X (10) da n.e., bem como a forma como estavam organizados e como se desenvolveram.

OS ESTADOS ZIMBABWE E MONOMOTAPA

O Estado Zimbabwe começa a desenvolver-se no planalto do Zimbabwe e regiões circunvizinhas cerca do ano 1000 da nossa era. Atingiu o seu maior desenvolvimento a partir do ano 1200. É por esta altura que foram construídas as muralhas de pedra como as do Grande Zimbabwe ou as de Manhiquene.

Através da exploração da actividade produtiva da população, a classe dirigente do Estado Zimbabwe tornou-se cada vez mais rica. Trocava ouro e outros metais, bem como marfim e peles de animais, com os comerciantes árabes que, entretanto, se tinham fixado nas regiões costeiras. Em troca obtinha bens que apenas serviam para o seu prestígio. como tecidos, miçangas coloridas e objectos de vidro e porcelana. Este comércio é um factor importante para a compreensão do rápido desenvolvimento do Estado Zimbabwe.

Aproximadamente no ano 1450, devido ao grande número de pessoas e gado existentes em Grande Zimbabwe, a capacidade da terra para a agricultura e para as pastagens do gado tornou-se insuficiente. Por essa razão, as populações que ali viviam tiveram necessidade de se deslocar para outras áreas. Também por esta altura começa a diminuir o comércio com os árabes da costa, que entretanto tinham iniciado contactos e trocas com outras populações. Isto marca o início da decadência do Grande Zimbabwe.

Khumi, a cerca de 250 quilómetros para oeste, foi a sua continuação directa

e tornou-se o centro do novo Estado Torwa.

Ao mesmo tempo, mais ao norte do planalto, junto ao vale do Zambeze, surgiu e desenvolveu-se o Estado Monomotapa.

Uma longa série de dinastias (séries de reis, filhos uns dos outros) dirigiu o Estado Monomotapa desde cerca de 1425 até 1884. A primeira destas dinastias foi a dos Mutota.

A capital do Estado, neste primeiro período, foi provavelmente Zwangembe, povoação mais pequena que o amuralhado de Khami, capital de Torwa.

Depois da morte de Mutota sucedeu-lhe seu filho Matope. Este dedicou-se a aumentar o território que lhe fora legado por seu pai. Criou uma federação de Estados com Barué, Manica, Danda, Chedima e Teve, que eram obrigados a pagar-lhe tributo. Cerca do ano 1500, com o enfraquecimento do poder central, estas regiões separaram-se do Monomotapa, transformando-se em Estados independentes. Foram alguns destes Estados os primeiros a entrar em contacto com os portugueses que, desde 1505, se tinham estabelecido em Sofala.

O COMÉRCIO E AS FEITORIAS COMERCIAIS

Antes de conhecermos novos factos sobre a História de Moçambique, devemos saber como se processava o comércio dos árabes no actual território

do nosso país. Isto é importante porque a primeira fase da ocupação portuguesa vai ter como objectivo a expulsão dos árabes e sua substituição por comerciantes portugueses.

O comércio árabe começou a desenvolver-se a partir do século VII (7) da n.º., altura em que começaram a chegar à costa oriental da África navegadores vindos de diversas regiões da Ásia. Estes navegadores eram comerciantes indonésios, indianos, persas, árabes e chineses. O seu objectivo era trocar produtos dos seus países ou das regiões por onde passavam, com produtos das terras africanas.

Eles traziam panos de algodão, miçangas, sal e louça e levavam em troca ouro, marfim, ferro, cobre e peles de animais. Por vezes levavam também escravos.

As trocas não se faziam com dinheiro. Os produtos levados eram vendidos nos mercados asiáticos com grandes lucros, porque eram muito procurados.

Destes comerciantes, os que mais importância tiveram para a nossa História foram os árabes.

Para realizar o seu comércio, eles construíam pequenas povoações à beira-mar ou na margem dos rios, e aí se estabeleciam, para trocar as mercadorias vindas de longe, pelos produtos locais. A estas povoações chamamos feitorias.

A primeira feitoria fundada em Moçambique foi a de Sofala. Depois foram

criadas as feitorias de Angoche da Ilha de Moçambique.

As trocas comerciais entre as feitorias e os povos do interior africano eram feitas por intermediários árabes e africanos.

Os contactos com os Estados Zimbabwe e Monomotapa facilitaram o rápido desenvolvimento das feitorias árabes. Nessas feitorias desenvolveu-se o comércio e daí resultou o domínio político árabe.

Os árabes introduziram em certas regiões do nosso país a sua religião, o Islamismo, como forma de manterem e desenvolverem o seu comércio. Foram também eles, e outros comerciantes asiáticos, que introduziram em Moçambique as bananas, o arroz, a cana-de-açúcar, as mangas, as laranjas, os limões e a técnica de tecelagem de panos de algodão.

Os navegadores indonésios introduziram a técnica de construção de barcos de balanceiro, que ainda hoje são feitos em Inhambane, em Pemba e nas Chocas.

- DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO LEVOU A DIVISÃO DA SOCIEDADE EM CLASSES E A SUA ORGANIZAÇÃO EM ESTADOS.

- ESTADO DO ZIMBABWE ATINGIU O SEU MAIOR DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO ANO 1200.

- ESTADO MONOMOTAPA DUROU DE CERCA DE 1425 ATÉ CERCA DE 1884.

A PARTIR DO SÉCULO VII (7) COMEÇOU A DESENVOLVER-SE UM IMPORTANTE COMÉRCIO COM OS ÁRABES E OUTROS POVOS ASIÁTICOS.

II - A PENETRAÇÃO COLONIAL E O COMÉRCIO

A CHEGADA DOS PORTUGUESES

Nos finais do século XV (15) o Rei de Portugal organizou uma expedição chefiada pelo navegador Vasco da Gama, com o objectivo de descobrir o caminho por mar entre a Europa e a Índia.

O comércio na Europa tinha atingido um desenvolvimento muito elevado. Do Oriente chegavam especiarias e outros produtos, mas o percurso por terra tornava os produtos muito caros à sua chegada à Europa.

O caminho marítimo facilitaria o comércio, tornando os produtos mais baratos.

Esta expedição parou em alguns pontos da costa actual do nosso País e, em 1498, chegou à Ilha de Moçambique.

Os portugueses preocuparam-se desde logo em ocupar a Ilha de Moçambique, base que servia fundamentalmente para dar apoio aos navios que por ali passavam.

Esta posição, de grande importância para o controlo do caminho marítimo para a Índia, assegurava a Portugal praticamente o monopólio do comércio das

especiarias orientais consumidas na Europa: pimenta, canela, cravo da Índia, etc.

Na costa moçambicana, os portugueses procuraram dominar outras posições estratégicas ou de interesse comercial. Entre estas destaca-se Sofala, por onde eram escoados o ouro e o marfim vindos do interior. Nos seus planos, os mercadores portugueses pretendiam substituir-se aos árabes no controlo de todo o comércio da costa oriental de África. Os árabes ofereceram uma forte resistência, mas acabaram por ser praticamente neutralizados.

Para aniquilar a presença árabe, os portugueses ocuparam Sofala em 1505 e, mais tarde, Quelimane, Sena e Tete, no rio Zambeze. Nestes pontos, os portugueses estabeleceram pequenas empresas comerciais onde os mercadores se abasteciam para o seu comércio no interior, e colocaram aí tropas para proteger os seus interesses.

Ao eliminar a influência comercial árabe, e com a ocupação das posições estratégicas nas rotas comerciais, os portugueses criaram condições para penetrarem no interior do território.

A expedição militar comandada por Francisco Barreto, em 1572, tinha como objectivo reforçar a dominação comercial portuguesa e visava a ocupação das regiões onde se situavam as minas de ouro e prata do Monomotapa. Como pretexto, os portugueses consideraram-na uma expedição punitiva, enviada para

vingar a morte do missionário Gonçalo da Silveira, que desaparecera na corte do Monomotapa após o ter baptizado e à sua família.

A coluna deparou com forte resistência armada da população e, não preparada para lutar nas condições de terreno e de clima que encontrou, foi parcialmente dizimada, longo do caminho que percorreu para chegar ao interior. Reforçada por novas tropas fortemente armadas, a expedição portuguesa acabou por entrar em contacto com o Monomotapa, que nessa altura se via ameaçado por um Estado rival. O Monomotapa fez por isso a paz com os portugueses, em troca de armas e de auxílio militar capazes de o manter no poder. No entanto não divulgou os locais onde se situavam as minas, utilizando com esse fim vários subterfúgios que conseguiram enganar os portugueses.

Ficou estabelecido que, para poderem negociar e atravessar as suas terras, os comerciantes portugueses tinham que pagar tributo aos chefes africanos, como já faziam os árabes.

Para facilitar o comércio, os portugueses começaram a reunir-se periodicamente em lugares fixos, onde os povos do interior iam levar os seus produtos. Esses locais de comércio eram chamados Feiras.

O representante português de todas elas junto ao Monomotapa, tinha o título de Capitão. Ia de tempos a tempos efectuar o pagamento do tributo à

capital, não podendo entrar nela nem calçado nem armado, em sinal de respeito.

Esse tributo tinha o nome de curva. Sempre que os portugueses faltassem ao seu pagamento, o Monomotapa tinha direito à empata, isto é, ao confisco de todos os bens dos comerciantes portugueses que se encontrassem nas suas terras,

O DOMÍNIO DO MONOMOTAPA

As lutas entre o Monomotapa e os chefes rivais aumentaram. Muitas vezes, elas eram incentivadas pelos portugueses que, ao intervir militarmente, obtinham novos privilégios. Outra atitude freqüente era a de deixar que o Monomotapa fosse atacado sem lhe prestar a ajuda a que estavam obrigados por acordo, a fim de o enfraquecer ainda mais.

A situação de dependência do Monomotapa em relação aos portugueses tornou-se assim cada vez maior. Já não podia passar sem ajuda militar, para permitir os ataques vindos do exterior e as constantes revoltas que se verificavam no interior do seu Estado.

Os portugueses começaram a faltar ao pagamento das curvas. O Monomotapa aplicava o seu direito de empata, mas de nada valia porque a reacção portuguesa era sempre violenta.

Em 1627, o Monomotapa era Mavura. Enfrentou uma luta grande contra o seu rival Capranzine pela posse do poder, que acabou por ficar totalmente dependente dos portugueses, pois para vencer o seu rival, teve de pedir uma ajuda enorme. A partir daí passou a ser o Monomotapa quem tinha de pagar tributo aos portugueses, em troca da ajuda militar e segundo um acordo que aquele se viu obrigado a assinar.

Este domínio dos portugueses vai levar à rápida decadência política e militar do Monomotapa.

O ESTADO ROZWI

Entretanto, um dos chefes do Estado Monomotapa crescera em prestígio e influência, tornando-se rapidamente muito poderoso, política e militarmente. Esse chefe, o Changamire, dirigia o clã Rozwi e negava-se sistematicamente a comerciar com os portugueses e a permitir a sua passagem pelas terras que ocupava. A partir de 1670 o seu prestígio aumentou tanto, que o Monomotapa Mucombué, apoiado pelos portugueses, o atacou em 1684. Não conseguiu dominá-lo e retirou-se com o seu exército derrotado.

Em 1696, o clã Rozwi veio a dominar o próprio Estado Torwa, que integrou sob a sua direcção.

Devido a uma hábil política de alianças e ao poder militar dos Rozwi, os sucessores de Changamire, que governaram o Estado Rozwi, atacaram com

frequência e destruíram por várias vezes algumas das feiras portuguesas. Como já vimos, estas feiras eram locais de comércio no interior do território, para troca de produtos entre os comerciantes e a população, mas eram também locais de concentração de soldados portugueses, que as defendiam. Existiam feiras em Massapa, Dambare, Zumbo e Manica, por exemplo.

Somente em meados do século XIX, com as invasões dos Nguni, terminou a dominação Rozwi no planalto. A resistência que ofereceram aos portugueses constituiu sempre um obstáculo intransponível ao domínio e controlo destes.

O SISTEMA DOS PRAZOS

Em fins do século XVI (16), os portugueses pretenderam controlar e colonizar as terras situadas ao longo do rio Zambeze. Introduziram para isso na região o chamado sistema dos prazos.

Prazos eram grandes extensões de terreno que o governo português dava aos colonos vindos de Portugal ou de Goa, na Índia.

Estas terras passavam depois para as filhas desses colonos até à terceira geração. Depois disso, deviam ser devolvidas ao governo português. Os prazeiros, isto é, os beneficiados com este sistema, deviam casar-se com pessoas vindas de Portugal. Pretendia-se assim instalar em Moçambique famílias de colonos que prolongassem a ocupação do território.

Podemos dizer que a introdução deste sistema foi a primeira tentativa de colonização organizada feita pelos portugueses.

As terras distribuídas aos «prazeiros» eram conquistadas pelas armas ou obtidas por consentimento das autoridades locais.

Caracterizando este sistema, Eduardo Mondlane, 1.º Presidente da FRELIMO, disse:

«Os prazeiros controlavam muitas vezes distritos inteiros como sua propriedade pessoal, promulgavam leis e só ocasionalmente pagavam vassalagem ao rei de Portugal. Os missionários jesuítas e dominicanos do tempo, também possuíam vastas terras. Administravam-nas tal como faziam os prazeiros, colectando impostos por cabeça e, quando a escravatura se tornou mais rentável, transformaram os naturais em escravos».

A razão que levou Portugal a criar os prazos foi o facto de aqueles que eram exilados para Moçambique, tal como as autoridades administrativas e os soldados enviados para lutar contra o Monomotapa, se apoderarem de grandes terras onde exerciam o seu poder absoluto sem darem contas a ninguém. Desta situação, que não convinha ao rei de Portugal pois perdia benefícios económicos e políticos, nasceu a ideia de mandar contingentes de pessoas para Moçambique, a quem concediam uma parcela de terreno, assegurando assim política e administrativamente a dominação colonial.

Sobre a forma como estavam organizados os prazos, estudos recentes dizem que, em muitos deles, os prazeiros passaram, com o correr dos anos, a utilizar os mesmos métodos de domínio de algumas sociedades tradicionais existentes na época, na zona do Zambeze. Esta organização caracterizava-se pela existência de grandes extensões governadas por um «Mambo», ajudado pelos chefes do clã, os «Mpfmu», pelos chefes dos povoados. Estes cobravam o imposto que passavam a entregar ao prazeiro. Este imposto, que era obrigatório para todos, chamava-se «Mutsouko» (na Zambézia, até ao fim da era colonial, «mussoco» era o «imposto de palhota»).

Quando o «Mambo» concordava em integrar-se no prazo, os prazeiros davam-lhe uma pequena parte da quantia recolhida no imposto.

O sistema de prazos foi um fracasso em Moçambique, Isso deveu-se a duas razões fundamentais:

- Os portugueses agiram mais pela necessidade de controlar uma situação do que dentro de um plano de colonização bem elaborado;
- A resistência a este sistema foi sempre muito grande. Assim, por exemplo, em 1675 existiam apenas 50 prazeiros, e grande parte dos prazos tinham sido reconquistados pelos Mambo que originariamente os ocupavam.

O sistema de prazos existiu apenas na região do Zambeze, entre Tete e

Sofala,

A ESCRAVATURA

A decadência política e económica do Monomotapa e a ameaça constante do Estado Rozwi, fez com que o comércio português perdesse rapidamente a sua importância inicial e descesse até aos mais baixos níveis de sempre. Isto obrigava os comerciantes a procurar novas fontes de riqueza e, deste modo, vão desenvolver o comércio de escravos, a escravatura.

Por volta de 1645, já os colonos portugueses e alguns sultões árabes vendiam moçambicanos como escravos. Estes seguiam para a Arábia, Golfo Pérsico, Índia e, mais tarde, para as ilhas do Oceano Índico e para o Brasil. O Brasil era também uma colónia portuguesa, onde existiam grandes plantações de cana-de-açúcar e cacau, cultivadas inicialmente por escravos idos de Angola e da Guiné.

O comércio de escravos aumentou no litoral moçambicano após 1735. Nessa data os franceses apoderaram-se das ilhas do Oceano Índico. Aí estabeleceram grandes plantações de especiarias, baunilha, cravo da Índia e pimenta, utilizando mão-de-obra escrava.

Mais tarde, quando a venda de escravos diminuiu na costa ocidental de África, a partir de 1810, milhares de moçambicanos foram vendidos para as

plantações do Brasil. Eles seguiam em barcos que demandavam as nossas regiões costeiras com essa finalidade, acorrentados aos grupos e amontoados nos porões. Devido às terríveis condições em que se realizavam estes transportes, muitas dezenas morriam durante a viagem.

A venda de africanos como escravos foi condenada por muitos países a partir do século XIX (19). Apesar disso, os escravagistas ofereciam dinheiro aos governadores e funcionários portugueses para que permitissem e nada revelassem deste comércio indigno.

Os missionários eram também subornados para esconderem este comércio e, em muitos casos, praticavam-no também. Os prazeiros foram os principais instrumentos do comércio de escravos. Uma vez usavam a violência militar e o massacre. Outras, utilizavam os chefes e reis tribais que, para enriquecerem, eram capazes de venderem os seus próprios irmãos.

Em Moçambique calcula-se que, até 1850 (altura em que a escravatura foi oficialmente proibida), tenham sido levados mais de 20 000 escravos por ano. No entanto, o comércio clandestino de escravos continuou a realizar-se pelo menos até 1910.

Como aconteceu em todo o continente africano, os antepassados da grande maioria da actual população de Moçambique sofreram muito com a escravatura. As populações do litoral da zona de Macuana, de Inhambane e de Cabo

Delgado, foram as mais afectadas

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO NO MAPUTO

A partir do século XVI (16), os navegadores europeus começam a comerciar com as populações que viviam à volta da baía do Maputo. Desenvolveram-se aí cinco chefaturas pertencendo ao clã Ronga: Nhaca, Tembe, Mpfumo, Mena, Lebombo e Manhiça.

Os comerciantes portugueses estabeleceram-se em duas feitorias, na Inhaca e na Xefina.

As pontas de rinocerontes, utensílios de cobre, carapaças de tartaruga e, principalmente, marfim trazido das grandes caçadas ao elefante, na região do rio Maputo, eram trocados por panos da Índia, miçangas e bebidas alcoólicas. Gradualmente, este comércio transformou a baía do Maputo num importante centro comercial.

Os Ronga faziam expedições ao interior para trazerem as mercadorias que iam vender na costa.

Durante 300 anos, os Ronga dominaram todo este comércio a longa distância. Este comércio, e a situação geográfica da baía, eram tão importantes que alguns países capitalistas da Europa cobiçavam o domínio desta zona do

Maputo.

Em 1721, por exemplo, uma expedição holandesa instalou-se nas terras de Mpfumo. Tempos depois, uma companhia comercial austríaca construiu três feitorias no Maputo: uma, nas terras do Mpfumo, outra na Catembe e outra ainda na Inhaca. Queriam dominar o comércio de marfim. Em 1781, os portugueses expulsaram os austríacos e construíram uma fortaleza no Maputo, assegurando assim o controlo de todo o comércio da região sul de Moçambique.

OS AJAUAS E O COMÉRCIO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

À semelhança do que os Ronga faziam no Sul, também no Norte os Ajauas se dedicaram e especializaram no comércio a longa distância.

Os Ajauas viviam entre o Lago Niassa e o rio Rovuma. Partiam em grupos das suas terras, atravessavam o rio Lúrio, passavam por Itoculo e vinham comerciar com os portugueses no Mossuril, mesmo em frente da Ilha de Moçambique.

Os Ajauas dedicavam-se ao fabrico de instrumentos de ferro. Estes, juntamente com o tabaco e peles de animais, eram os principais produtos

comerciados. Com o tempo, o marfim passou a ser o principal produto, assim como os escravos. Os europeus e os árabes compravam marfim e escravos, dando em troca panos, miçangas, armas de fogo e pólvora.

Durante cerca de cinquenta anos, este comércio no norte do País esteve nas mãos dos Ajauas. Por volta de 1755, os portugueses iniciaram uma guerra sangrenta contra os povos das regiões ao norte de Moçambique, por onde os mercadores Ajauas tinham que passar para virem comerciar ao Mossuril. Como não havia segurança, os Ajauas decidiram desviar o seu comércio em direcção ao Norte, para Kilwa, na costa do Tanganyika.

Também a norte do Rovuma, os comerciantes estrangeiros lutaram entre si para dominar o comércio que se fazia com os povos africanos. É deste modo que os árabes de Oman expulsam os portugueses de toda a costa do actual Kenya e da Tanzânia. A região de Cabo Delgado, passou a ser cobiçada por franceses e ingleses.

Como resposta, Portugal tenta também intensificar a sua política colonial e, em 1752, cria um Governo-Geral em Moçambique, para explorar ainda mais as riquezas da nossa terra. Até essa data, os portugueses em Moçambique dependiam do governo colonial instalado em Goa, na Índia, sendo considerado como uma das suas regiões administrativas.

OS NGUNI

Os Nguni eram um grupo bantu que vivia no Natal. Cerca do ano 1800, uma expedição Nguni atravessou os montes Libombos e entrou em Moçambique, comandada por Shochangane. Três outros clãs Nguni abandonaram também o Natal, nessa época. Um comandado por Zuangundaba, fixou-se na zona da Angónia. Dois outros, comandados por Ncaba e por Mzilikatzi, fixaram-se no sul do planalto do Zimbabwe onde vieram a dominar o Estado Rozwi.

Quais foram as causas que levaram estes grupos a abandonar as suas terras?

Vamos ver um pouco da História dos Nguni do Natal para sabermos quais foram.

Quando os Nguni, povo de pastores, chegaram ao Natal, eles iniciaram a ocupação dessa terra fértil. A população cresceu e criavam-se constantemente novas aldeias, que se dedicavam principalmente à criação de gado. Os chefes dessas aldeias não estavam submetidos a um poder central e eram independentes.

Com o aumento da população, as terras férteis do Natal começaram a tornar-se escassas. Por isso, nos fins do século XVIII (18), alguns clãs são obrigados a emigrar, fixando-se noutras regiões.

Surgiram assim três Estados Nguni: o Estado Swazi, chefiado por Sobuza; o Nduandue, chefiado por Zwide e o Mtetua (ou Zulu), chefiado por Dinguisuaio e, mais tarde, por Tchaka.

A FORMAÇÃO DO ESTADO DE GAZA

Estes três Estados procuraram, cada um por si, conquistar todos os pequenos grupos que os rodeavam. Em seguida, surgiu uma grande rivalidade entre eles, que deu origem a uma guerra. Cada um queria conquistar e dominar os outros, para obter o monopólio do rico comércio com a baía do Maputo.

Tchaka era o mais poderoso. Em 1818, as suas tropas derrotaram Zwide, chefe dos Nduandue, na batalha do rio Malhasse.

Um dos chefes dos Nduandue, que combatia ao lado de Zwide, era Shochangane, que conseguiu retirar com o seu exército. Atravessou os Libombos e fixou-se primeiro nas proximidades da baía do Maputo. Mais tarde atravessou o Limpopo e, depois de submeter as populações até quase ao Zambeze, funda o Estado de Gaza.

Shochangane, também conhecido por Manicusse, chegou ao sul de Moçambique, onde se encontravam os Ronga.

A falta de unidade entre os vários clãs dos Ronga, permitiu que os Nguni os derrotassem e dominassem. Apoderaram-se assim do comércio com os portugueses. Todos os comerciantes que se encontravam na sua terra, eram

obrigados a pagar tributos aos Nguni. Shochangane formou assim um grande Estado, que ia do Maputo até ao rio Zambeze, que se chamou o Estado de Gaza.

Shochangane morreu em Outubro de 1858. Depois da sua morte, uma terrível guerra atingiu o Estado de Gaza. Os seus dois filhos, Muzila e Maueua, queriam ambos o poder, acabando por se lançarem numa luta fratricida.

Embora Muzila fosse mais velho, Maueua era o preferido do pai, que o escolhera para sucessor.

Muzila, despeitado, retirou-se primeiro para Macaringue e depois para o Transvaal. Entretanto Maueua revelou-se um mau chefe, oprimindo as populações que governava e que se revoltaram, dando apoio a Muzila.

Na primeira batalha que Muzila e os seus aliados travaram com Maueua, foram derrotados. Muzila não desanimou e acabou por vencer o seu irmão na batalha de Malhacate, próximo da Moamba.

Para isso, Muzila contou com o auxílio de um grande amigo seu, João Albasini, caçador de elefantes que vivia perto da fronteira de Moçambique com a África do Sul, e que tinha grande influência na região.

João Albasini, com outros caçadores, prestaram ajuda importante a Muzila. Na batalha de Malhacate, os poderosos regimentos de Maueua atacaram os guerrilheiros de Muzila, que começaram a recuar perante eles. Nessa altura, os

caçadores de elefantes dirigidos por Albasini intervieram e, com as suas armas de fogo, fizeram vacilar o exército de Maueua. Os regimentos de Muzila, com novo ânimo, atacaram então e derrotaram completamente as tropas de Maueua.

Maueua fugiu para junto do seu avô, na Swazilândia.

Muzila, que foi um grande dirigente, consolidou desta maneira os domínios do Estado de Gaza que Shochangane, seu pai, fundou.

OS PORTUGUESES SUBSTITUÍRAM OS ARABES NO COMÉRCIO DA COSTA MOÇAMBICANA E, ATRAVÉS DO APOIO MILITAR, DOMINARAM O ESTADO MONOMOTAPA.

NOS FINS DO SÉCULO XVI (16) OS PORTUGUESES CRIARAM O SISTEMA DOS PRAZOS.

MAIS DE 20 000 ESCRAVOS ERAM CAPTURADOS, EM MÉDIA, POR ANO.

III - O IMPERIALISMO

O INICIO DO IMPERIALISMO

A exploração colonial iniciada no século XV (15) não se fez sentir apenas no território que hoje constitui o nosso país. Também as restantes regiões da África, a Ásia e a América do Sul passaram a ser alvo da mesma exploração

por parte de companhias comerciais europeias.

A pilhagem da riqueza dos povos dos três continentes. determinou o rápido desenvolvimento do capitalismo, nos mais avançados países da Europa. O comércio, a indústria e os bancos, registaram grandes avanços nesses países. As grandes companhias tornaram-se cada vez mais poderosas.

Uma das principais características deste período é que estas companhias concorriam entre si, procurando comerciar o mais possível, como forma de obterem lucros crescentes. Elas podiam explorar as matérias-primas e vender os seus produtos em qualquer parte do mundo.

A concorrência implicava que elas procurassem manter baixos os seus preços. Para isso era necessário que os trabalhadores europeus e os povos das colónias fossem cada vez mais explorados.

O aumento constante da exploração e da concorrência provocava crises frequentes, que abalavam todo o sistema capitalista. Levava muitas empresas à falência e fazia com que as revoltas dos trabalhadores contra as condições de exploração se multiplicassem. Isto era um travão para o desenvolvimento do capitalismo e para a sobrevivência do sistema.

Gradualmente, verificou-se a junção das companhias comerciais com as industriais e os bancos. O desenvolvimento da técnica, com novas descobertas, e a concentração do capital, fez com que este processo se acelerasse. O

objectivo era o de acabar com a concorrência.

A partir de meados do século XVIII (18) isto fez com que surgissem grandes empresas que passaram a dominar e controlar em exclusivo a produção e a venda de diversos produtos para os mercados internos e mundiais. É a este tipo de empresas capitalistas que chamamos monopólios.

O seu aparecimento representa uma fase superior do desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo. Os interesses dos monopólios passam a ser os próprios interesses das classes dominantes dos países em que surgem. Por isso esta fase é caracterizada por grandes rivalidades e, mesmo, por crescentes conflitos armados entre as potências capitalistas.

Estas rivalidades nascem porque a classe dominante, em cada um dos países, quer garantir, para as suas companhias, o direito exclusivo de exploração de determinadas regiões do globo. Como todas queriam as regiões mais ricas, as disputas nasciam deste facto e, com frequência, transformavam-se em guerras.

A PARTILHA DA ÁFRICA

Nasce, por conseguinte, uma contradição entre as potências imperialistas a propósito das suas zonas de influência colonial.

Essa contradição foi-se agravando durante a segunda metade do século

XIX. Para evitar uma guerra, as potências imperialistas decidem convocar uma conferência colonial em Berlim, no fim do ano de 1884. Estiveram presentes a Inglaterra, a França, a Itália, a Bélgica, Portugal e ainda muitas outras potências imperialistas que, embora não tivessem pretensões sobre a África, queriam no entanto estar presentes à respectiva divisão. A conferência durou até aos fins do mês de Fevereiro de 1885, altura em que, finalmente e após longas discussões, chegaram a acordo.

Nesse acordo a África foi dividida entre as potências imperialistas europeias, segundo várias regiões de influência traçadas no mapa do continente.

Ficou estabelecido que essas regiões só passariam a ser consideradas colónias, quando se verificasse a sua ocupação efectiva. Isto significava que os países colonialistas teriam que proceder ao domínio dos povos dessas regiões africanas, instalando aí as suas estruturas de poder e de exploração.

Na prática, a aplicação deste princípio de ocupação efectiva deu origem a uma grande agressão armada contra os povos do continente.

Os europeus, através da sua indústria, possuíam armas de guerra muito aperfeiçoadas e exércitos bem treinados. Tinham alguns aliados entre os chefes corrompidos de certos Estados africanos.

Os povos africanos estavam divididos em pequenos Estados. Porque não souberam fazer frente aos colonizadores, eles foram derrotados, apesar da

resistência que opuseram.

AS FRONTEIRAS DE MOÇAMBIQUE

Na Conferência de Berlim, Portugal tinha ficado com colónias na Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Como já sabemos, em Moçambique os portugueses apenas possuíam algumas feitorias ao longo do rio Zambeze e na costa, entre o Maputo e o Rovuma.

Foi por isso que as fronteiras Sul e Norte ficaram definidas por estas duas regiões. As fronteiras com as colónias inglesas, no planalto do Zimbabwe e na região do Lago Niassa, não foram claramente delineadas. Esse facto levou a uma rivalidade entre Portugal e Inglaterra.

Portugal dizia que as regiões do planalto da Rodésia, entre Angola e Moçambique, lhe deviam pertencer, bem como a bacia do rio Chire até ao Lago Niassa. Os ingleses, interessados em unir a cidade do Cabo ao Cairo, diziam que as regiões pretendidas pelos portugueses eram suas, porque tinham força para dominar os povos daquelas zonas. A Inglaterra era uma potência imperialista mais forte e poderosa que Portugal. Enviou tropas para estas regiões. Os portugueses tentaram também enviar algumas tropas, mas foram várias vezes derrotados pelos ingleses na área de Manica.

Em Janeiro de 1890, os ingleses enviaram aos portugueses uma nota dando-lhes 48 horas para abandonarem as regiões que estavam em disputa. Caso não o fizessem, os ingleses cortariam imediatamente relações com Portugal e ocupá-las-iam pela força. Perante este *ultimatum*, os portugueses abandonaram definitivamente as suas pretensões sobre aquelas regiões.

O traçado de fronteiras entre as colónias portuguesas e as colónias inglesas, veio a ser regulado pelo tratado de 11 de Junho de 1891. A partir dessa altura, Moçambique passou a ter as fronteiras que hoje existem.

Para evitar que os ingleses pudessem vir a cobiçar novas regiões do território da colónia de Moçambique, os portugueses enviaram tropas para dominar os povos de Moçambique e estabelecer a ocupação efectiva.

Começa então uma nova fase de penetração para o interior. A exploração deixou de ser feita por intermediários, e foram enviadas expedições militares que, partindo de bases instaladas junto à costa, têm como objectivo garantir a ocupação, controlo e exploração sistemática e organizada de todo o nosso País, em moldes capitalistas. Com frequência, este processo de ocupação militar e económica vai ter que enfrentar uma resistência popular crescente.

SHOCHANGANE FUNDA O ESTADO DE GAZA.

EM FINS DE 1884 - PRINCÍPIOS DE 1885 - EM BERLIM, AS POTÊNCIAS COLONIAIS PROCEDEM A PARTILHA DA AFRICA.

AS ACTUAIS FRONTEIRAS DE MOÇAMBIQUE FORAM TRAÇADAS EM 1891.

IV - A RESISTÊNCIA POPULAR AO COLONIALISMO

A LUTA SECULAR CONTRA A EXPLORAÇÃO

A sua chegada às regiões costeiras do actual território de Moçambique, tanto os árabes como os portugueses foram recebidos com grande hospitalidade pelas populações que as habitavam. Isto foi possível enquanto os navegadores estrangeiros não utilizaram as armas e o seu poderio para as, dominar e explorar.

A partir da altura em que se tornou claro que estes eram os seus objectivos, a luta de resistência dos antepassados do nosso povo passou a ser constante.

Apesar das alianças que estabeleceram com as classes dominadas, os invasores tiveram sempre que enfrentar a oposição da grande maioria da população e de muitos dos seus dirigentes. É a este facto que nos referimos quando falamos na resistência secular do povo de Moçambique contra a ocupação estrangeira e a exploração.

Estudámos já a forma como, em 1569, um forte exército composto por 750 soldados portugueses, utilizando as mais modernas armas da época e que tinha como objectivo subjugar o Monomotapa, foi derrotado com ataques constantes das populações que viviam ao longo do caminho que seguiam. O seu chefe foi morto e os poucos sobreviventes obrigados a fugir em desordem. Esta foi a

primeira grande vitória do nosso povo contra o domínio colonial.

Vimos também como Changamira dirigiu o seu povo contra os portugueses, atacando as suas feiras defendidas por unidades militares e levando à bancarrota todo o comércio estrangeiro na região.

Por seu lado, os Barué derrotaram os portugueses por duas vezes, em 1690 e 1776.

Ainda antes do período de ocupação efectiva definido pela Conferência de Berlim, outros factos históricos comprovativos da resistência secular do nosso povo podem ser referidos.

Entre muitos outros, merece ser salientada a resistência oposta pelos Tongas à ocupação dos prazos. Derrotados em fins do século XVII e obrigados a integrar-se naquele sistema, eles não deixaram nunca de criar as maiores dificuldades à sua implantação no vale do Zambeze onde, com frequência, se verificaram revoltas camponesas.

Mais recentemente, no princípio do século XIX, as atrocidades cometidas pelos governadores de Cabo Delgado levaram a população desta região a revoltar-se. Os chefes Muane, Cherejo e Movera, dirigiram essa revolta. De 1800 a 1810 os portugueses não conseguiram lá penetrar. Finalmente, organizaram uma grande expedição militar, com muitas armas de fogo e, integrando os árabes de Quitongonha como aliados, conseguiram vencer aqueles chefes.

Em 1896, os Namarrais, aliados aos Maraves e aos Matibanas, derrotaram os portugueses na batalha de Mugenga. Só mais tarde o Estado Namarral foi ocupado, quando o chefe Mocuto-Muno e os seus sucessores foram obrigados a submeter-se à coroa portuguesa.

Após 1885, e para seguirem a norma ditada pela Conferência de Berlim sobre a ocupação efectiva de Moçambique, os portugueses lançaram grandes campanhas militares para submeterem o povo moçambicano à sua dominação.

Desde os primeiros tempos dessa «ocupação efectiva» de Moçambique, verificou-se o aumento dos movimentos de resistência em diversos pontos do País. As populações manifestavam-se de várias maneiras: recusavam-se a pagar impostos, não respeitavam as autoridades portuguesas e não permitiam a penetração dos comerciantes no interior. A este tipo de resistência, chamamos resistência passiva.

AS «CAMPANHAS DE OCUPAÇÃO»

A resistência activa tomou a forma de levantamentos armados. A resistência activa, juntamente com as novas normas de ocupação decididas na Conferência de Berlim, levaram o governo português a iniciar as *Campanhas de Ocupação* que designaram como «campanhas de pacificação».

Os portugueses utilizaram vários métodos de opressão, nestas campanhas. As expedições punitivas e o suborno de alguns chefes corrompidos, foram os

mais utilizados. Depois destas expedições, veio a implantação pela força da administração colonial portuguesa.

A resistência dos diferentes Estados africanos, fracassou totalmente porque não tinha unidade. Os chefes tribais limitavam-se à defesa dos interesses locais, que por vezes se chocavam com os interesses dos Estados ou tribos vizinhos.

So entre 1885 e 1902. os portugueses lançaram 15 grandes campanhas militares contra as populações do vale do Zambeze.

Em resposta a isto, algumas tribos uniram-se contra o inimigo comum, sob a direcção de alguns chefes tribais, como por exemplo Chisinga, da tribo Macanga.

É igualmente o caso da aliança entre os Barué e o Monomotapa, que combateram juntos durante 16 anos antes de serem vencidos pelos colonialistas.

Apesar destes casos, deve-se notar que as divisões entre as tribos facilitaram a vitória dos portugueses.

Esta vitória foi também alcançada devido ao armamento tecnicamente superior dos colonialistas.

Com a derrota do povo do vale do Zambeze, começa uma nova fase de colonização intensiva e de resistência local.

Começa também a imposição do chibalo, do imposto obrigatório (Mussoco), a utilização do chicote e a monocultura.

A resistência popular passou então a caracterizar-se pelo ataque aos símbolos do colonialismo ou aos seus agentes directos como, por exemplo, os cipaios. Essa resistência teve várias formas:

Resistência no dia a dia: Diminuição no ritmo de trabalho, como resposta aos maus tratos dos colonialistas.

Grupos organizados: Eram grupos que fugiam do trabalho e se organizavam para atacar postos administrativos ou cipaios e que queimavam as aldeias que colaboravam com o inimigo. Os camponeses consideravam estes combatentes como heróis, dando-lhes apoio, refúgio e comida.

Entre estes grupos, devemos salientar o exemplo notável do chefe Mapondera. A sua fama era tão grande, que havia quem acreditasse que ele tinha poderes sobrenaturais e mágicos no corpo. Todos os seus antepassados tinham fama de agitadores e rebeldes. Começou a sua actividade quando tinha vinte anos e consultavam-no sempre que havia problemas. A princípio, ele tinha boas relações com os portugueses, com quem negociava em marfim. Mais tarde, um incidente em que os portugueses maltrataram a população da sua aldeia, colocou-o definiti-

vamente do lado do povo, onde lutou durante 15 anos contra o invasor.

- *Emigração*: Uma outra forma indirecta de resistência foi a emigração para os países vizinhos. Calcula-se que, entre 1900 e 1910, fugiram mais de 50 000 pessoas para a colónia inglesa da Rodésia.

- *Revoltas camponesas*: Verificaram-se diversas revoltas contra os ocupantes portugueses. em que os camponeses, devido ao ódio acumulado, destruíam lojas e armazéns, matavam cipaios e destruíam plantações. Estas acções não eram planificadas, duravam pouco e eram esporádicas.

Entre 1890 e 1905, verificaram-se 16 revoltas, muitas das quais se deram em Quelimane, Sena e Tete.

Nestas acções, os camponeses atacavam e fugiam para a sua aldeia, onde ficavam isolados, sem contacto com outras aldeias.

- *Rebeliões*: Distinguem-se das revoltas porque já têm objectivos mais avançados.

Pretendiam o fim do colonialismo para restabelecerem a sociedade feudal-tradicional que existia antes de chegarem os colonos.

Os chefes tribais, ao verem que cada vez tinham menos poder, provocavam essas rebeliões para tentarem restabelecer o seu domínio.

Conhecem-se pelo menos três rebeliões de grande amplitude, nos anos de 1896, 1897 e 1904. A primeira no Monomotapa e as duas últimas dirigidas pelos

chefes Shona.

Todas essas rebeliões foram esmagadas pelos portugueses.

Houve outra rebelião importante em 1917, na região do Zambeze. As suas causas fundamentais, foram:

- Aumento do trabalho forçado quando, entre 1915 e 1917, os portugueses resolveram abrir uma estrada entre Tete e Massequece e recrutaram pela força 10 000 trabalhadores com essa finalidade;
- Aumento de abusos com as mulheres e as crianças;
- Recrutamento massivo (10000 homens) para lutar contra os alemães. numa guerra com a qual os moçambicanos não tinham nada a ver. Cerca de 80% desses recrutados morreram em combate durante o primeiro ano;
- Estabelecimento da („Companhia de Moçambique» a quem foi atribuída esta zona (Zambeze) para o cultivo obrigatório do algodão. Uma característica importante desta rebelião foi o facto de ela ter surgido entre o próprio povo, que assim ultrapassou a autoridade de alguns chefes tribais. Demasiado comprometidos com o colonialismo, estes tinham-se recusado a dirigir a luta. Foi o que sucedeu, por exemplo, com os chefes do Monomotapa e do Barué.

Esta rebelião também foi sufocada, devido à grande superioridade técnico-militar dos colonialistas portugueses.

Outros casos de resistência activa contra a ocupação efectiva e a exploração colonialista portuguesa foram, porém, dirigidos pelos chefes tribais.

Por exemplo, em 1899, no Niassa, onde o chefe Mataca era senhor de imensos territórios e como tal reconhecido pelas populações que o habitavam. Tentando aliá-lo ao governo português, o Governo-Geral da colónia enviou-lhe emissários com propostas e ofertas nesse sentido. O chefe Mataca recusou-se e mandou matar esses emissários. Dirigindo o seu exército, ele preparou-se para fazer frente às represálias, mas uma expedição fortemente armada derrotou-o e reprimiu cruelmente as populações que lhe eram fiéis.

Também por essa altura o sultão de Angoche, Mussa Quanto e, depois, o seu sucessor Fareley, levantaram-se contra a administração portuguesa. Aliando-se em fins do século XIX (19) com os chefes Namarrais, Maraves e Nhapacos de Angoche, eles derrotaram os portugueses. Somente em 1910 Fareley foi vencido e preso.

No Barué rebentou em 1902 uma grande rebelião dirigida pelo Macombe, que se estendeu até à região de Gorongosa.

No Sul, e principalmente devido à repressão cometida pelos governadores, entre os quais Dionísio Ribeiro, revoltaram-se diversos clãs Ronga. Dirigidos pelos seus chefes, o clã Zixaxa e outros atacaram Lourenço Marques, matando aquele governador.

A OCUPAÇÃO DO ESTADO DE GAZA

Como vimos, o Estado de Gaza, fundado por Sochangane, tinha uma grande extensão, compreendendo regiões entre o Zambeze e o Maputo.

Muzila, filho e sucessor de Sochange, seguiu a política do pai e preocupou-se principalmente em conservar as fronteiras do Estado.

A política seguida por seu filho, Gungunhana, foi diferente.

Quando este toma o poder, transfere a capital de Gaza para Manjacaze e o Estado reduziu-se à região compreendida entre os rios Púnguè e Incomáti. A atitude deste chefe explica-se por duas razões: a necessidade de ocupar melhores terras no vale do Limpopo e a necessidade de assegurar a soberania Nguni em toda a região a Sul do Save.

Os ingleses dominavam por esta altura o Transvaal. Como esta colónia não tinha saída para o mar, eles tentaram apoderar-se da Baía do Maputo. Para isso, quiseram transformar o Estado de Gaza numa colónia sua. Nasceu assim um novo conflito entre Portugal e a Inglaterra.

Gungunhana procurou aproveitar-se desse conflito para se opor à

penetração colonial e continuar a chefiar o seu Estado.

Contava também com um forte exército, que organizara segundo os princípios militares dos Nguni.

- exército de Gungunhana estava dividido em Mangas (correspondentes a um batalhão actual), que eram comandados por Indunas.

Cada Manga estava dividida em Mabanjas (correspondentes a uma companhia), comandadas por Mabanjas.

- chefe máximo dos Indunas era o próprio Gungunhana, cujo exército contava com cerca de 15 000 homens. Possuía 2000 espingardas.

- poderio de Gungunhana era suficientemente grande para causar preocupações aos portugueses. Por esse motivo, o governo português enviou um «Comissário Régio», chamado António Enes, chefe militar colonialista, com a tarefa de «pacificar os povos do Sul».

Na região do Maputo, havia tribos que se submeteram aos portugueses e outras que eram fiéis a Gungunhana, como por exemplo Manhiça, Magaia, Zixaxa e Moamba. Foi contra estes que os portugueses lançaram as suas tropas. Os portugueses aproveitaram um período em que havia contradições na tribo Magaia entre dois herdeiros: Maazul, que não aceitava a soberania de Portugal, e Maveja, que aceitava submeter-se a ela.

Tendo conhecimento que os portugueses estavam dispostos a auxiliar

Maveja, Maazul aliou-se ao clã Zixaxa, dirigido por Mativejane, e avançou contra Lourenço Marques.

Apesar de bem defendida, conseguiram entrar na cidade, obrigando os portugueses a refugiarem-se na fortaleza. A cidade foi saqueada e a fortaleza atacada.

Entretanto, os navios de guerra portugueses atracados no porto bombardearam os atacantes, conseguido assim que se retirassem da cidade. Os seus chefes refugiaram-se na corte de Gungunhana.

Os portugueses ameaçaram então Gungunhana de que, ou ele entregava os chefes Maazul e Mativejane, ou haveria guerra. Gungunhana recusou.

Em Setembro de 1895, as tropas portuguesas avançaram em três colunas diferentes. Uma, pelo rio Incomáti, outra, pelo rio Limpopo e a terceira, a mais importante, por Inhambane, descendo o rio Inharrime. A coluna do Incomáti foi a primeira a entrar em combate com as forças de Gungunhana, em Magul, onde viviam os dois chefes. Enquanto estes abandonavam o local, travou-se um violento combate que os portugueses venceram.

Entretanto, saía a coluna de Inhambane, comandada por Mouzinho de Albuquerque, e que se compunha de infantaria e artilharia. Os portugueses voltaram a fazer a mesma ameaça. Gungunhana não aceitou entregar os dois chefes e reuniu todas as

suas Mangas sob o comando do chefe militar Maguiguana, para combater as tropas portuguesas.

A batalha deu-se no vale de Coolela. Os portugueses vencem outra vez e espalham o terror no seio da população, incendeiam aldeias e massacram populações indefesas. Isto leva muitos chefes tribais a render-se.

Gungunhana, desmoralizado, refugia-se em Chaimite mas é traído, e os portugueses conseguem prendê-lo. Mais tarde será deportado para os Açores, com a sua família.

Mas Maguiguana, embora derrotado em Coolela, prossegue a luta.

Começou por atacar todos os pequenos postos militares que, entretanto, os portugueses tinham começado a construir. Causou a fuga e a desmoralização de muitos soldados portugueses.

Encorajado por estas vitórias, Maguiguana consegue o apoio de muitas tribos que tinham acreditado na superioridade dos portugueses, e resolve atacar Chibuto, importante guarnição militar dos colonialistas.

Alarmados, os portugueses chamam Mouzinho de Albuquerque, que se encontrava a combater no Norte contra os Namarrais.

A grande arma do exército português era a cavalaria. Maguiguana concentra as suas tropas na localidade de Macontene, etapa final do ataque a Chibuto.

Mouzinho de Albuquerque resolve ir ao encontro de Maguiguana. pois se

ficasse em Chibuto e fosse cercado, de nada lhe serviriam os cavalos.

Em Macontene dá-se a batalha e Maguiguana sai derrotado. Os cavalos, devido à sua mobilidade, conseguem desorientar as tropas moçambicanas.

Maguiguana foge mas é alcançado nos Montes Libombos, quando estava prestes a atravessar a fronteira. Em vez de se render, como faziam muitos chefes, resiste matando inimigos até ele próprio cair morto.

Maguiguana é uma das grandes figuras da História de Moçambique, e o seu exemplo inspirou várias gerações. Maguiguana é um dos nossos heróis e precursores do nacionalismo moçambicano.

AS COMPANHIAS MONOPOLISTAS

Na última década do século XIX (1890-1900), a sociedade capitalista europeia tinha atingido já a sua fase suprema, o imperialismo. Uma das características do capitalismo é a exploração dos operários e camponeses por uma classe burguesa, no seu próprio país. Como vimos, o imperialismo caracteriza-se pela expansão dessa exploração aos povos de outros países e continentes.

Em Africa, essa dominação começou na segunda meta de do século XIX, para atingir o seu ponto máximo depois da Conferência de Berlim, em 1884-1885. Enquanto o colonialismo foi capitalista, a exploração colonial era feita

por meio do roubo descarado das riquezas africanas, através da escravatura e do comércio.

Na fase imperialista, essa exploração tomou outras formas. Tornado predominante na Europa, o capital financeiro vai ser também exportado para as colónias onde, por meio das matérias-primas baratas (plantações e monoculturas) e da mão-de-obra barata (trabalho obrigatório), se reproduzia enormemente. As matérias-primas eram enviadas para as metrópoles, onde eram transformadas e depois reexportadas para a África. Dessa maneira, os países capitalistas obtinham enormes lucros.

- capital financeiro foi exportado para a África através da criação de Companhias Monopolistas, isto é, companhias que tinham poderes totais de exploração no campo económico, administrativo e social.

Todos os países imperialistas, tais como a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França e a Bélgica, criaram companhias desse tipo nas suas colónias africanas.

Em Moçambique, em 1891, o governo português deu a capitalistas estrangeiros, ingleses e franceses, o direito de explorar as regiões de Moçambique compreendidas entre o rio Zambeze e o Save, constituindo assim a Companhia de Moçambique.

No ano seguinte, o governo português deu concessões idênticas a outros capitalistas estrangeiros, alemães e franceses, nas regiões de Niassa e Cabo

Delgado - Companhia do Niassa, e Zambézia - Companhia da Zambézia.

- governo português fez estas concessões porque, sendo um país pobre, embora colonialista, não tinha capital financeiro suficiente para investir nas colónias.

Estas companhias tinham poderes absolutos nas regiões em que estavam implantadas. Cobravam impostos. batiam moeda, administravam e exploravam as plantações, coagiam ao trabalho obrigatório e às monoculturas.

As Companhias de Moçambique, de Niassa e da Zambézia, eram autênticos Estados dentro da colónia.

- POVO DAS VARIAS REGIÕES RESISTIU PELAS ARMAS A OCUPAÇÃO COLONIALISTA.

NO ESTADO DE GAZA OS PORTUGUESES TIVERAM GRANDES DIFICULDADES PARA VENCER AS TROPAS DE GUNGUNHANA E MAGUIGUANA.

PORTUGAL FACILITOU A EXPLORAÇÃO DE GRANDES ZONAS DE MOÇAMBIQUE PELAS COMPANHIAS MONOPOLISTAS ESTRANGEIRAS.

- GOVERNO PORTUGUÊS E AS COLÓNIAS INGLESAS DO INTERIOR ASSOCIARAM-SE NA EXPLORAÇÃO DO NOSSO POVO.

V - CARACTERÍSTICAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

OPRESSÃO E DEPENDÊNCIA

Quando a resistência do povo moçambicano à ocupação militar portuguesa foi abafada pela força das armas, o colonialismo português passou à montagem da sua máquina de opressão colonial.

- ideólogo da colonização, nos fins do século XIX, princípios do século XX, foi António Enes.

Foi ele que planeou a administração colonial. dividindo Moçambique em distritos, circunscrições e postos. O administrador era a unidade básica desse regime, que tinha como objectivo oprimir e explorar o povo moçambicano.

- administrador tinha poderes arbitrários muito amplos. Era o representante directo do governo colonial. Cobrava os inúmeros impostos a que a população estava sujeita, o mais cruel dos quais era o mussoco, ou imposto de palhota. Era também o administrador que fazia o recrutamento para o trabalho forçado nas plantações dos grandes colonos e das companhias de monocultura. Fazia também de juiz nos conflitos entre as populações e entre os colonos e os colonizados.

- administrador simbolizava a opressão colonial portuguesa em Moçambique.

Outra ideia de António Enes foi a de permitir aos capitalistas não portugueses, virem explorar e oprimir o povo de Moçambique. O maior exemplo foi a criação das várias Companhias Monopolistas.

Foi também sob sua orientação que foram criadas as linhas de caminho de ferro que ligam o litoral moçambicano à República da África do Sul e à colónia britânica da Rodésia. A Rodésia não tem saída para o mar e precisa dos nossos portos para exportar os seus produtos.

Essas linhas de caminho de ferro não ajudaram a desenvolver a economia de Moçambique, porque não faziam a ligação dumas províncias com as outras. Pelo contrário, elas contribuíram para tornar a economia de Moçambique ainda mais dependente da economia dos países vizinhos e do imperialismo.

No mesmo ano da inauguração da linha de caminho de ferro Maputo-Pretória, foi assinada entre o governo português e o governo sul-africano uma convenção segundo a qual Moçambique deveria fornecer anualmente 100 000 trabalhadores para as minas do Transvaal.

Esta política de exploração colonial continuou durante a República Portuguesa que começou em 1910.

O FASCISMO PORTUGUÊS

Com a subida ao poder de Salazar, em- 1926. começou um novo período de

opressão colonialista no nosso País. A este período chamamos de colonial - fascista.

O fascismo é uma forma de opressão capitalista que utiliza o terror para manter a sua dominação sobre as classes trabalhadoras.

Foi um período de grande opressão, tanto para o Povo português, como para o Povo moçambicano, angolano, guineense, cabo-verdiano e timorense.

O governo fascista não permitia que as pessoas discutissem os seus problemas e manifestassem a sua vontade e opiniões, nem que discordassem dos abusos cometidos. Um dos meios para poder conseguir controlar a situação e reprimir as pessoas, foi a criação de uma policia política, a PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado), a qual a partir de 1969 passou a chamar-se DGS (Direcção -Geral de Segurança).

A PIDE - DGS foi responsável pelo sofrimento e tortura de inúmeros moçambicanos, muitos dos quais morreram nas prisões. As duas principais eram a da Machava e a da Ilha do Ibo.

Para realizar com maior eficácia a exploração das riquezas e dos povos das colónias, era necessário que o controlo desses territórios estivesse bem seguro nas mãos do governo fascista.

A primeira lei feita por Salazar com esse objectivo foi o Acto Colonial, em 1930. A partir de então vai sendo feita, através de sucessivas leis, a

reorganização administrativa, que atingiu a sua forma definitiva em 1951, quando as colónias passaram a ser chamadas províncias ultramarinas, na ONU.

Moçambique passou a ser submetido à autoridade de um Governador-Geral e dividida em nove distritos, cada um deles com um Governador Distrital, que superintendia nos Administradores, Chefes de Posto e todos os outros funcionários da administração colonial.

- Governador -Geral e os Governadores Distritais eram nomeados directamente pelo governo colonial de Lisboa, e seguiam rigorosamente as orientações que recebiam.

A POLITICA ECONÓMICA COLONIAL

Uma das disposições do Acto Colonial impedia o estabelecimento de Companhias Monopolistas e estipulava que as existentes teriam o seu fim no termo dos respectivos contratos.

Esta foi a primeira medida tomada para estender a administração colonial portuguesa a todo o território moçambicano.

- objectivo era eliminar os privilégios dos capitalistas estrangeiros ligados a essas Companhias, e defender os interesses do capitalismo português, que era mais fraco e não podia concorrer com eles.

Esta protecção dos interesses da burguesia colonial portuguesa e do seu retrógrado colonialismo, é uma das características do fascismo.

Estas mudanças não trouxeram nenhum benefício ao Povo moçambicano. Tratava-se apenas de desenvolver a exploração de Moçambique em favor dos capitalistas portugueses e de não compartilhar os frutos dessa exploração com as classes capitalistas de outros países.

- facto de haver uma administração bem montada, teve como resultado um grande aumento de trabalho forçado e facilitou a imposição das culturas obrigatórias do algodão, chá, sisal e cana-de-açúcar.

Estes produtos, que serviam para a exportação, davam grandes lucros aos colonialistas à custa dos moçambicanos, que não podiam cultivar nas suas terras os produtos que eram necessários à sua alimentação.

- número de trabalhadores moçambicanos enviados para as minas da Africa do Sul e da Rodésia, aumentou. Esta era outra forma de exploração do Povo moçambicano, porque os governos desses territórios pagavam ao governo de Portugal uma certa quantidade de ouro por cada trabalhador que ia para as minas.

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Durante o período fascista houve uma intensificação da colonização. Colonos portugueses, camponeses vítimas de uma grande exploração na sua terra e a quem eram prometidas melhores condições de vida, eram enviados para Moçambique, servindo como instrumentos da classe

dominante portuguesa. Estes colonos eram instalados nas zonas rurais, em terras que o governo português expropriava aos moçambicanos, seus legítimos donos. Estas terras assim ocupadas pelos colonos portugueses, constituíam os colonatos.

Ao mesmo tempo, deu-se um crescimento nos serviços públicos e nas empresas particulares, o que originou a vinda de mais portugueses.

Os moçambicanos, sujeitos a uma forte discriminação racial, não eram admitidos nesses serviços ou empresas, a não ser para desempenharem funções de auxiliares. Mesmo os que realizavam tarefas idênticas às dos portugueses, recebiam salários muito menores.

A discriminação racial estava estabelecida pela lei colonial, que dividia as pessoas em três categorias: os portugueses, os indígenas e os assimilados.

A primeira categoria era formada pelos europeus, provenientes de Portugal, e por todos os seus descendentes. sendo os únicos que tinham todos os direitos.

Os indígenas, que constituíam a maioria do Povo moçambicano, formavam a camada mais explorada da população. Não tinham direitos e eram considerados inferiores. Estavam sujeitos a toda a espécie de discriminação, sendo obrigados a apresentar um documento de identidade, a caderneta, sem a qual eram presos e enviados para trabalhar, sem receberem nada nas plantações, na construção

de estradas e noutros trabalhos pesados.

Por fim, existia a terceira categoria, constituída por alguns moçambicanos que, por saberem falar e escrever a língua portuguesa e terem condições económicas mais favoráveis, não estavam sujeitos a uma discriminação tão grande. Eram os assimilados_

Uma das condições para se ser assimilado, ou «civilizado», era renunciar à cultura moçambicana, espezinhada e considerada inferior pelos colonialistas.

A POLÍTICA DE OBSCURANTISMO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Esta diferenciação social reflectia-se também no ensino e na saúde. A maioria dos moçambicanos não tinham recursos económicos que permitissem suportar os custos do ensino.

Além disso, as poucas escolas existentes estavam concentradas nos centros urbanos, longe das zonas-rurais onde vivia a maior parte da população.

Havia duas espécies de ensino: um na cidade - o ensino oficial, outro no interior - o ensino de adaptação ou ensino rudimentar.

Este último era feito nas missões. Limitava-se a iniciar os alunos na aprendizagem da língua portuguesa e tinha como principal objectivo espalhar a religião cristã, que foi uma grande aliada do sistema colonial, porque pregava a

resignação e a aceitação da exploração.

Nas colónias, a ligação do Estado fascista português com a Igreja Católica, estava regulamentada pelo Acto Missionário de 1940 e pelo Estatuto Missionário de 1941.

Através destes acordos, que tinham por base a Concordata, o governo português comprometia-se a proteger e subsidiar a acção dos padres e missionários enviados para as colónias.

O governo fascista apoiava a Igreja Católica na sua obra de evangelista dos povos das colónias. Em troca, a Igreja Católica apoiava a sua política de dominação colonial.

O analfabetismo foi uma das características da política do colonialismo e do fascismo.

Na saúde, o aspecto geral era o mesmo. Só havia hospitais e médicos nas grandes cidades, estando o Povo moçambicano, portanto, privado de assistência médica.

Como as autoridades não tinham nenhum interesse pelas condições de saúde do povo, não faziam campanhas de educação sanitária.

A ÚLTIMA FASE DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Até ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1939-45, o fascismo português

não escondeu as suas intenções de explorar desenfreadamente os recursos naturais e humanos das colónias.

Poucos anos depois, as circunstâncias internacionais, o anticolonialismo crescente, obrigaram o governo salazarista a tentar esconder essas realidades. Foi assim que se começaram a verificar alterações nas leis, principalmente a partir de 1951.

As leis mudaram, mas a exploração continuou. As colónias passaram a ser chamadas Províncias Ultramarinas, mas o colonialismo continuou.

A partir de 1961, houve mais modificações legais, como por exemplo a abolição do regime de indigenato e das leis que permitiam o trabalho forçado e as culturas obrigatórias. Isto foi devido à situação criada pela independência de numerosos países africanos e ao aparecimento da luta armada, iniciada pelo MPLA. em Angola, e depois pelo PAIGC, na Guiné, e pela FRELIMO, em Moçambique.

Para defender a sua posição nas colónias, o governo português mudou a sua atitude inicial em relação ao imperialismo.

Em troca do apoio financeiro e militar de que Portugal necessitava para fazer a guerra contra os povos das colónias, foi dada a possibilidade, aos capitalistas de outros países, de compartilharem as vantagens da exploração das riquezas das colónias.

Um dos exemplos mais flagrantes em Moçambique foi a barragem de Cahora -Bassa.

A INSTAURAÇÃO DO FASCISMO EM PORTUGAL AUMENTOU A OPRESSÃO NAS COLÓNIAS.

• POVO ESTAVA DIVIDIDO EM: PORTUGUESES, INDÍGENAS E ASSIMILADOS.

NA ÚLTIMA FASE **DO** COLONIALISMO PORTUGAL PERMITIU A EXPLORAÇÃO DAS NOSSAS RIQUEZAS **PELOS** SEUS ALIADOS IMPERIALISTAS.

VI - CONCLUSÃO

A FRELIMO E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

- estudo que acabamos de fazer demonstra-nos que a resistência à dominação colonial é uma constante da nossa História. Demonstra-nos também que todas as formas de exploração e repressão determinaram, ao longo dos séculos, formas correspondentes de resistência e luta.

- período que se segue à introdução do capitalismo no nosso país foi

caracterizado, como vimos, pela generalização dessa resistência em todas as regiões em que os colonialistas procuravam tornar extensivo o princípio de «ocupação efectiva», ditado pela Conferência de Berlim em 1885.

- colonial-fascismo. que teve como objectivo consolidar essa ocupação e fomentar uma exploração crescente das nossas riquezas e do nosso povo, vai determinar novas formas de resistência. Até 1962, estas formas de resposta à opressão continuam no entanto a ser esporádicas, espontâneas e muito localizadas. Por isso elas foram facilmente esmagadas pela repressão colonial-fascista, tal como, ao longo dos séculos anteriores. tinham sido sufocadas todas as revoltas e tentativas de combate ao ocupante.

Estudaremos com mais pormenores estas novas formas de luta à opressão quando estudarmos a História contemporânea do nosso povo, que a História da FRELIMO, nosso Partido de Vanguarda, sintetiza. Na História do Povo moçambicano, a fundação da FRELIMO, em 25 de Junho de 1962, marca o início de uma fase qualitativamente diferente da nossa luta contra a exploração e opressão colonialistas.

Com a fundação da FRELIMO esta luta passou a ser diferente porque, baseada em toda a história do nosso povo, a FRELIMO proclamou a unidade do Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo como sendo um factor essencial para a vitória contra o colonialismo português.

Organizado e dirigido pela FRELIMO, o Povo moçambicano, finalmente unido do Rovuma ao Maputo, desencadeou a luta armada de libertação nacional em 25 de Setembro de 1964. Após dez anos de guerra popular, o colonial-fascismo foi derrotado no nosso país e conquistada a nossa independência nacional.

Em 25 de Junho de 1975 foi proclamada a República Popular de Moçambique, fruto da resistência do nosso povo contra todas as formas de exploração, Estado de trabalhadores para trabalhadores.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

SECULO.

IV n.e. - Grupos Bantu chegam à região de Monica.

VII n.e. - Navegadores árabes e asiáticos desenvolvem o comércio com Moçambique.

ANO

1425 - Fundação do Estado de Monomotapa.

1480/86 - Os árabes fixam-se na Ilha de Moçambique. 1498 - Vasco do

Gama chega a Moçambique. 1507 - Funda-se a feitoria de Moçambique.

1530 - Portugueses e árabes entendem-se e começa a intervenção económica directa no interior.

1534 - Bula papal que institui o bispado de Malabar (com sede em Goa) abrangendo todo a costa oriental do África.

1560 - Os Jesuítas chegam a Moçambique.

1601 - O Monomotapa faz doação das minas de ouro ao rei de Portugal.

1631 - O Monomotapa Mavura é agraciado com o hábito de Cristo.

1721 /30 - Os holandeses tentam ocupar a Baía do Espírito Santo.

1750 - Movimentos de resistência em Cabo Delgado e

Nampula, chefiados por Morass e Morimo. 1752 - O Governo de Moçambique é separado do da Índia. 1821 - Início dos migrações Nguni.

1835 - Os Nguni atravessam o Zambeze.

1838 - Publicada legislação tendente a fixar colonos em Moçambique.

58

1843 - Os régulos Magaia e Maamba atacam a presídio de Lourenço Marques.

1845 - Marte de Zwagendaba, fragmentação do grupa Nguni.

1849 - Por ordem de Manicusse, Inhambane é atacada e a governador é morto.

1859, 11 de Outubro - Morre Manicusse, avô de Gungunhana.

1867 - Vicente da Cruz, o «bonga», derrota as tropas portuguesas em Massangano.

1869, 25 de Fevereiro -- Abolida a escravidão em Portugal e seus domínios.

1874 - Assinatura do contrato para a construção do Caminho de Ferro de Lourenço Marques/Transvaal.

1875, 24 de Julho - Sentença arbitral de Mac-Mahon sobre a posse das ilhas da Inhaca e Elefantes. 1887 - Revolta dos Namarrais.

1890 - Ultimatum inglês.

1891 - Concessão dos territórios de Monica e Sofala a uma companhia Magestática denominada «Companhia de Moçambique»).

1892, 24 de Setembro - São entregues à «Companhia da Zambézia» todos os prazos da coroa situadas a Norte do Zambeze e a Oeste dos rios Luenha e Mazai.

1894 - Os régulos Magaia e Zixaxa dão os primeiros sinais de rebelião atacando o posto militar de Ancuabe.

- Ataque a Lourenço Marques feita por Zixaxa, Moamba e Magaia.

1895, 13 de Janeiro - Desembarca em Lourenço Marques António Enes.

- Magaia e Zixaxa fomentam a revolta geral de Lourenço Marques;

- Ataque a Marracuene; - Combate de Mogul;

- Combate de Caolela;

- Prisão de Gungunhana, em Chaimite. 1897, 10 de Agosto -
- Morte de Maguiguana. 1904 - Revolta do Barué.
- 1906, 23 de Dezembro - Morre Gungunhana.
- 1911,20 de Novembro - Aprovada a delimitação de Moçambique a Norte e a Sul do rio Zambeze, pelos governos inglês e português.
- 1920,20 de Junho - Nasce Eduardo Chivambo Mondlane.
- 1920, 5 de Setembro - Proclamação de estado de sítio em Lourenço Marques e movimentas grevistas das classes ferroviários e industriais particulares. O estado de sítio só é levantado em 16 de Outubro.
- 1923 - 2.A Sessão do III Congresso Pan-Africano, organizada em Lisboa, pela «Liga Africana», com representantes de Angola, Moçambique, negras das Caraíbas e das EUA.
- 1928 - Proclamação em Portugal do «Código do Trabalha dos indígenas».
- 1933, 29 de Setembro - Nasce Somara Moisés Machel.
- 1947 - Greve nas docas de Lourenço Marques e nas plantações de Gaza;
 - Massacre de Xinavane.
- 1948 - Prisão de centenas de moçambicanos em Lourenço Marques que são deportadas para S. Tomé.
- 1949 - Criação da NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique).

1951 - As colónias portuguesas passam a designar-se «províncias».

1953 - Promulgação da «Lei Orgânica do Ultramar Português», abolição do estatuto de assimilada.

1957 - Implantação da PIDE nas colónias portuguesas. 1960, 16 de Junho - Massacre de Mueda;

2 de Outubro - Fundação da UDENAMO. 1961 - Criação da UNAMI, na Malawi;

- Portugal tem em África 20 000 saldados;

- Mondlane visita Moçambique como funcionária da ONU, onde estabelece importantes contactos com grupos de nacionalistas;

18 de Abril: Assembleia Constituinte da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), em Casablanca. Reformulação da reunião de Paris, importante declaração sobre o povo português e abertura em relação à oposição portuguesa. Marcelino dos Santos é eleita secretária-geral. A UDENAMO, recentemente formada na Rodésia, encontra-se representada.

1962, 25 de Junho - Fundação da FRELIMO.